Impulsionar Pragmático da Diversificação Adequada da Economia e Início da Nova Fase do Desenvolvimento da Indústria do Turismo e Lazer

Em 2022, devido ao impacto severo gerado pela situação epidémica nas zonas vizinhas e do surto epidémico local de "18 de Junho", os principais indicadores económicos de Macau retraíram significativamente. O Produto Interno Bruto (PIB) para o ano completo foi de 177,3

mil milhões de patacas, registando-se uma descida anual de 26,8 por cento em termos reais, enquanto o PIB per capita foi de 261.459 patacas. A taxa de desemprego dos residentes atingiu 4,8 por cento, o valor mais elevado dos últimos anos.

Perante uma conjuntura complexa e severa, ao conter proactivamente a propagação da pandemia, o Governo da RAEM activou rapidamente o mecanismo de resposta à pandemia, além das medidas de apoio financeiro adoptadas no primeiro semestre do ano, lançando ainda duas rondas de "Medidas de apoio ao combate à epidemia no valor de dez mil milhões de patacas" destinadas a atenuar as dificuldades da população, garantir o emprego e estabilizar a economia. A situação do desenvolvimento geral de Macau tendia a estabilizar-se rumo à recuperação e o ambiente de negócios estava a melhorar progressivamente.

Generalização de benefícios aos residentes de Macau com dez mil milhões de patacas em apoios económicos e alívio das dificuldades da população através de várias medidas

O Governo da RAEM tem acompanhado de perto o impacto da pandemia sobre a economia de Macau, elaborando diferentes planos de resposta. Das medidas para atenuar as dificuldades sentidas pela população lançadas no primeiro semestre de 2022 destacaram-se: a atribuição antecipada da comparticipação pecuniária; o reembolso de 60 por cento do imposto profissional de 2020 pago pelos residentes locais, até um valor máximo de 14 mil patacas; a medida de apoio alimentar de curto prazo para as pessoas em situação de desemprego involuntário; a terceira ronda do plano de benefícios de consumo por meio electrónico contra a epidemia; a medida de subvenção do pagamento de tarifas de água e de energia eléctrica destinada a unidades habitacionais, empresas e estabelecimentos comerciais para o ano de 2022; e o plano de atribuição de abono provisório aos empregadores que tinham contratado de forma adicional trabalhadores locais.

Em resposta à contingência do surto epidémico de "18 de Junho", o Governo da RAEM lançou, de imediato, no dia 19 de Junho, uma nova ronda de medidas de assistência económica orçamentada em dez mil milhões de patacas, incluindo, nomeadamente: a devolução da contribuição predial relativa aos estabelecimentos industriais e comerciais; a isenção de todos os impostos de turismo; a devolução do imposto de circulação do veículo comercial; a isenção ou devolução do pagamento da licença administrativa e das respectivas taxas; o subsídio para combustível do sector de táxis; uma nova ronda do plano de apoio pecuniário aos trabalhadores, aos profissionais liberais e aos operadores de estabelecimentos comerciais; e o Plano de Bonificação de Juros de Créditos Bancários para as Empresas. Além disso, foi prorrogado, para 31 de Dezembro de 2023, o prazo da medida de "Pagamento de juros sem pagamento de capital" destinada às instituições financeiras e comerciais.

No dia 15 de Julho, o Governo da RAEM submeteu novamente à Assembleia Legislativa a proposta de lei intitulada "Alteração à Lei do Orçamento de 2022", sugerindo a utilização da verba da reserva extraordinária no montante de 35,157 mil milhões de patacas, na qual se

inclui a despesa orçamentada de dez mil milhões de patacas, inscrita no "Plano de projectos específicos sobre apoio ao combate à epidemia".

Reforçar apoios às empresas e optimizar planos de formação para garantir o emprego

O Governo da RAEM reforçou as iniciativas de apoio financeiro à economia real. Foram adoptadas medidas que contribuíram para aliviar a pressão sobre o fluxo de capitais das empresas, nomeadamente o relaxamento dos requisitos de candidatura ao Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, a implementação do Plano de Bonificação de Juros de Créditos Bancários para as Pequenas e Médias Empresas e o prolongamento da medida provisória sobre o ajustamento de reembolso dos diversos planos de apoio, a prorrogação, por parte das instituições financeiras, dos benefícios de isenção em termos de emolumentos cobrados sobre as transacções feitas através de "Simple Pay" e o incentivo às instituições bancárias para aumentarem a concessão de créditos e no ajustamento dos planos de reembolso de créditos a favor das pequenas e médias empresas.

Deu-se a continuidade à execução e optimização do Plano de Formação Subsidiada e foram reforçadas as medidas de encaminhamento e de apoio ao emprego para os residentes locais. No ano de 2022, foi concedido apoio a 6288 residentes locais no acesso ao emprego. Como incentivo aos empregadores na contratação de trabalhadores locais, foi atribuído um abono provisório, com duração de seis meses, aos empregadores que reuniam os requisitos e que tivessem contratado de forma adicional trabalhadores locais. Foram envidados esforços na prestação de apoio à procura de emprego aos jovens locais e deu-se continuidade ao Plano de estágio "Criar melhores perspectivas de trabalho", tendo proporcionado 1780 vagas de estágio. Até o final de 2022, um total de 342 pessoas participaram no estágio, 101 dos quais foram contratados após a conclusão do estágio. Foram reforçados o ajustamento e o controlo do número de trabalhadores não residentes, por forma a assegurar a contratação prioritária dos residentes. Foi alargado de forma contínua o investimento em obras públicas. O Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA) situou-se em cerca de 18,5 mil milhões de patacas, tendo sido lançados vários tipos de obras públicas de pequena e grande dimensão, 50 das quais com um valor superior a 100 milhões de patacas.

Acelerar a construção de um destino de turismo e lazer integrado e desenvolver ordenadamente do sector do jogo em conformidade com a lei

A promoção da diversificação adequada da economia é a principal prioridade do actual Governo. A par de fomentar a recuperação da indústria do turismo e lazer integrado, foi acelerada, através do modelo de desenvolvimento "Turismo+", a construção de um destino de turismo e lazer que abrange as mais diversas componentes, nomeadamente gastronomia, férias, visita, compras, entretenimento, cultura, cuidados médicos e desporto, enriquecendo

continuamente o conteúdo da oferta turística da RAEM como Centro Mundial de Turismo e Lazer. Foram realizadas várias actividades turísticas de promoção da imagem do turismo diversificado de Macau e lançados, em cooperação com grandes plataformas de turismo online, produtos turísticos temáticos de itinerários multidestinos, construindo uma marca turística da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

Em 2022, com vista a solidificar o posicionamento de Macau enquanto "Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base" e a promover, em conformidade com a lei, o desenvolvimento saudável e estável do sector do jogo, o Governo da RAEM concluiu a revisão do "Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino" e diplomas complementares e desenvolveu, de forma ordenada, os trabalhos relativos ao novo concurso público para atribuição de concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar em casino para assegurar uma transição perfeita entre as antigas e as futuras concessões.

No dia 14 de Janeiro, o Governo da RAEM publicou a proposta de lei intitulada "Alteração à Lei - Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino", que estabelece expressamente o número máximo de seis concessões e proíbe subconcessões, determinando que o prazo máximo da concessão não pode ser superior a dez anos. A dita proposta de lei estabelece a regulamentação sobre a apreciação e aprovação dos casinos, máquinas e mesas de jogo, o reforço dos mecanismos de verificação e de fiscalização da idoneidade das concessionárias, dos indivíduos e das sociedades que participam nas actividades do jogo em casino, e o aumento do montante do capital social das concessionárias para cinco mil milhões de patacas, consagrando ainda disposições relativas a um período de transição de três anos para os casinos que exploram jogos em bens imóveis de que as actuais concessionária não têm o respectivo direito de propriedade. No dia 13 de Maio, uma das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa procedeu a alterações substanciais ao texto da nova proposta da "Lei do Jogo", eliminando as disposições de que os "casinos satélite" teriam que ser instalados em bens imóveis da sua concessionária. No dia 21 de Junho, foi aprovada na especialidade pela Assembleia Legislativa a referida proposta da "Lei do Jogo", que entrou em vigor no dia 23 de Junho.

No dia 29 de Julho, o Governo da RAEM abriu um concurso público para a atribuição de concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar em casino. Até o dia 14 de Setembro, a data do termo para a entrega das propostas deste concurso público, sete concorrentes apresentaram propostas. A Comissão do Concurso procedeu, no dia 16 de Setembro, ao acto de abertura das propostas de adjudicação, tendo sido admitidas as sete concorrentes. No dia 26 de Novembro, foram publicados, pela Comissão do Concurso, os resultados da adjudicação provisória do concurso público, tendo sido adjudicadas provisoriamente concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar às seguintes concorrentes: MGM Grand Paradise S.A.; Galaxy Casino, S.A.; Venetian Macau, S.A.; Melco Resorts (Macau) S.A.; Wynn Resorts (Macau) S.A.; e SJM Resorts, S.A.. No dia 16 de Dezembro foi publicado, em Boletim Oficial, o despacho do Chefe do Executivo sobre o resultado da adjudicação definitiva do novo concurso para a atribuição de concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar em casino. O Chefe do Executivo, em nome da RAEM, assinou com as seis empresas adjudicatárias os respectivos contratos de concessão. O prazo dos novos contratos de concessão é de dez anos, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2023. Após a adjudicação definitiva, o desenvolvimento do sector do jogo e turismo de Macau entrou numa nova fase.

A revisão da lei do jogo e a nova atribuição das concessões têm por objectivo contribuir para um melhoramento da indústria do jogo, promovendo o seu desenvolvimento saudável, regulamentado, ordenado e sustentável a longo prazo, bem como abrir novos mercados para visitantes estrangeiros e impulsionar o enriquecimento gradual dos componentes não relacionados com o jogo, nomeadamente no âmbito das convenções e exposições, entretenimento e espectáculos, eventos desportivos, cultura e arte, cuidados de saúde, diversões temáticas, gastronomia, turismo comunitário e turismo marítimo.

Promover as indústrias financeira e farmacêutica e promover o desenvolvimento rápido das indústrias das convenções e exposições e de tecnologia

Relativamente à diversificação industrial, a indústria de big health - com a investigação, o desenvolvimento e o fabrico de medicamentos tradicionais chineses como ponto de partida -, tem registado um avanço constante. Foi inaugurado o Instituto de Medicina Translacional e Inovação de Macau que irá promover, como tarefa importante na primeira fase, projectos de transformação nos domínios da medicina tradicional chinesa e dos biofármacos, tendo como prioridade o apoio ao desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa e promovendo, em particular, a industrialização de respectivos resultados de investigação científica do Laboratório Nacional Chave para a Investigação da Qualidade da Medicina Tradicional Chinesa em Macau e das outras faculdades da Universidade de Macau. Foi criado o Instituto para a Supervisão e Administração Farmacêutica, implementada a "Lei da actividade farmacêutica no âmbito da

medicina tradicional chinesa e do registo de medicamentos tradicionais chineses" e optimizado o trabalho de apreciação e autorização dos pedidos de licença industrial para a fabricação de produtos para a saúde, de produtos da medicina tradicional chinesa e de produtos de tecnologia científica. Através de um bom aproveitamento das políticas preferenciais, tais como o Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau (CEPA), continuou-se a auxiliar as empresas de Macau na exportação de produtos de saúde para o Interior da China e para o estrangeiro.

A par do desenvolvimento estável da indústria financeira moderna, foram optimizadas as condições para o desenvolvimento do mercado de obrigações. Entrou em funcionamento a Central de Depósito e Liquidação de Valores Mobiliários (CSD) e, desde Janeiro de 2022, passou a ser permitida a emissão e manutenção do número de identificação internacional de obrigações (ISIN) em Macau, elevando-se assim a eficiência na emissão de obrigações. Foi promulgada a "Directiva sobre a gestão e o funcionamento dos Fundos de Investimento subscritos através de oferta privada", com vista a lançar bases para atrair diferentes fundos de capital privado.

Para acelerar o desenvolvimento da indústria de tecnologia de ponta, foi incentivada a cooperação indústria-universidade-investigação entre as instituições de ensino superior e as empresas, o que deu origem a vários projectos nos âmbitos da concepção de circuitos integrados, segurança cibernética e inteligência artificial. Foram reforçadas a oferta de bolsas de contacto online de indústria-universidade-investigação e foi lançado o "Programa de apoio financeiro para combinar indústria-universidade-investigação com empresas". Procedeu-se, de forma contínua, à optimização dos serviços one stop para os investidores, com o intuito de captar empresas tecnológicas para Macau, e desenvolveram-se, de forma ordenada, trabalhos preliminares para a certificação dessas empresas.

Foram dados passos na persecução de um novo modelo para o desenvolvimento da indústria das convenções, exposições e comércio, aprofundando-se os trabalhos de "captação de investimentos através de exposições". Com vista a valorizar a dinâmica do modelo de "indústrias + convenções e exposições", seguiu-se o princípio de "posicionamento prévio, acompanhamento in loco e rastreio subsequente", permitindo aos expositores conhecer de forma aprofundada as vantagens comerciais de Macau, a fim de ajudá-los a estabelecer-se ou expandir os seus negócios em Macau. Tirou-se partido da plataforma de convenções e exposições para criar oportunidades e condições de bolsas de contacto para as pequenas e médias empresas locais. Em 2022, foram realizadas em Macau várias actividades, nomeadamente nos domínios de serviços médicos e de saúde, tecnologia de informação, negócios, comércio e gestão, bem como foram organizadas mais de 200 sessões de bolsas de contacto.

Sucesso da Reunião Extraordinária Ministerial e resultados proveitosos na cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa

A Reunião Extraordinária Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial

entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau) foi realizada, com sucesso, no dia 10 de Abril de 2022. O evento foi organizado pelo Governo Popular Central da República Popular da China (Ministério do Comércio), realizada pelo Governo da RAEM com a colaboração do Secretariado Permanente do Fórum de Macau. A Reunião Extraordinária Ministerial foi organizada em formato híbrido - online e offline -, simultaneamente em Pequim e Macau, tendo como local principal o Complexo da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Na cerimónia de inauguração, o Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da China, Li Keqiang, enviou uma mensagem de congratulação via vídeo, enaltecendo os resultados alcançados pelo Fórum de Macau. O Primeiro-Ministro detalhou as propostas em relação ao reforço das relações entre a China e os países de língua portuguesa e apelou para que todos os países defendam a paz e estabilidade em prol do desenvolvimento e prosperidade, consolidem a solidariedade e a cooperação no sentido de superar o mais cedo possível a pandemia, optem por um caminho de abertura e cooperação com vista a impulsionar a recuperação económica. Os Dirigentes de Alto Nível dos governos dos oito países de língua portuguesa enalteceram o importante papel desempenhado e os resultados significativos alcançados pelo Fórum de Macau, aduziram recomendações e sugestões construtivas e valiosas sobre o desenvolvimento do Fórum de Macau, atribuindo alta expectativa à continuidade do reforço da cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, nos mais variados sectores, sob o enquadramento do Fórum de Macau.

Concluída a cerimónia de inauguração, procedeu-se à Cerimónia de Descerramento da Placa do Centro de Intercâmbio da Prevenção Epidémica China-Países de Língua Portuguesa. A criação deste Centro teve como objectivo aproveitar as singularidades de Macau assentes na

sua ligação estreita com os países de língua portuguesa para reforçar a cooperação no sector de saúde entre a China e os países de língua portuguesa, através de diversas acções de formação e intercâmbio, de modo a potenciar em conjunto a capacidade de resposta a epidemias, bem como contribuir para o empreendimento da saúde pública no mundo e para a construção duma comunidade global de saúde para todos.

Na Reunião Extraordinária Ministerial, o ministro do Comércio da China, Wang Wentao, bem como os Ministros dos países de língua portuguesa que tutelam os assuntos do Fórum de Macau endereçaram os seus discursos, abordando os temas sobre o reforço do intercâmbio da prevenção epidémica e sobre a promoção da recuperação económica na era pós-pandémica. Todas as partes concordaram na intensificação do diálogo nas áreas da cooperação contra a pandemia e da recuperação económica pós-pandémica, de forma a conjugar os esforços para vencer a luta contra a Covid-19, rumo a ganhos mútuos e prosperidade. Além disso, as partes integrantes desejaram maior dinâmica no papel imprescindível de Macau enquanto Plataforma nos mais variados domínios, incluindo a cooperação sino-lusófona no combate à pandemia. Em seguida, os ministros dos países participantes assinaram a Declaração Conjunta da Reunião Extraordinária Ministerial, e emitiram a Declaração sobre a aprovação da adesão oficial da República da Guiné Equatorial ao Fórum de Macau como o 10.º país integrante.

Cerimónia de Abertura da Reunião Extraordinária Ministerial do Fórum de Macau

Responder Proactivamente à Epidemia e Retomar Ordenadamente a Vida Normal